

PATRIMÔNIO HISTÓRICO, PROJETOS URBANOS E URBANIDADE

AUTOR

Nadia Somekh

NOTA BIBLIOGRÁFICA

Professora emérita da U.P. Mackenzie, Presidente do CONPRESP e Diretora do DPH. Professora convidada na Universidade de Cergy Pontoise e no Instituto de Urbanismo de Paris. Na FAU-Mackenzie foi diretora, chefe do departamento de Planejamento e Coordenadora da pós-graduação. Ex-Presidente da EMURB e coordenadora do programa de reabilitação do Centro de SP. Autora do livro “A Cidade Vertical e o Urbanismo modernizador”, entre outros.

RESUMO

O Processo de urbanização de São Paulo produziu um modelo urbano sem urbanidade. A verticalização da cidade se desenvolveu nas últimas décadas em condomínios fechados e destruiu os bens culturais. As transformações recentes da indústria e a reestruturação produtiva trouxe para as nossas cidades a convivência de velhos e novos problemas, além disso, deixaram áreas, bem equipadas, vazias, ampliando o processo de expansão da cidade dispersa e consequente dilapidação dos recursos naturais. As cidades contemporâneas vêm passando por transformações que podem ser elencadas apontando a necessidade de ampliar a importância da proteção do Patrimônio Cultural, bem como dos espaços públicos, garantindo identidade e democracia urbana. Este artigo aponta diretrizes para a (re)formulação de uma Política de Preservação do Patrimônio para a cidade de São Paulo, com vistas ao resgate da urbanidade.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Histórico, Projetos Urbanos, Inclusão Social, São Paulo.

INTRODUÇÃO

São Paulo vem sendo produzida em um modelo urbano sem urbanidade. O binômio demolição / construção resultou em uma verticalização que destruiu o Patrimônio Histórico da cidade. As transformações recentes da indústria, a reestruturação produtiva trouxe para as nossas cidades a convivência de velhos e novos problemas. Esta reestruturação deixou áreas, bem equipadas, vazias, ampliando o processo de expansão e consequente dilapidação dos recursos naturais. As cidades contemporâneas vêm passando por transformações que podem ser

elencadas apontando a necessidade de ampliar a importância da proteção do Patrimônio Cultural, bem como dos espaços públicos, garantindo identidade e democracia urbana.

Os projetos Urbanos das metrópoles Contemporâneas, estabilizadores do capitalismo, como aponta Harvey (2012) podem assumir a forma de meros empreendimentos imobiliários ou representar construção de cidade. Entendemos que construção de cidade significa ampliar a oferta habitacional de diversas faixas de renda, reduzindo a gentrificação, (re)estabelecer uma mobilidade que atenda a redução do aquecimento do planeta e produzir espaços públicos de qualidade com preservação do patrimônio histórico, reforçando núcleos identitários e cidadãos globalizados.

Entendemos também que a proteção do Patrimônio deve ser tratada dentro da questão urbana. No município de São Paulo, o que observamos é que nos anos 70, o Patrimônio Histórico foi tratado pelos órgãos de Planejamento e, ao longo da sua atuação, foi se fragmentando e se desarticulando da questão urbana. Dentro desse quadro, como então formular a Política de Preservação do Patrimônio Cultural em São Paulo?

Em síntese podemos apontar a chamada globalização e/ou reestruturação produtiva, que esvazia espaços industriais, portos, orlas ferroviárias e centros históricos, a novas tecnologias conectando o mundo, o divórcio de política e do poder e a dissolução de vínculos. A obsolescência produzida pelo Capitalismo, fez com que haja a necessidade de regeneração de tecidos urbanos bem localizados, nos chamados Projetos Urbanos. Essas transformações funcionais demandam novas formas de proteção do Patrimônio Cultural e Histórico.

As novas tecnologias que possibilitam as transformações produtivas também possibilitam novas conexões pessoais, que transformam vínculos solitários em frágeis relações líquidas, como descreve Bauman (2001). A nova conectividade mundial também é instrumento de reorganização social e produtiva, apontada por Ascher (2010) como característica de transição para a sociedade do conhecimento. A produção de valor assume novas formas.

Estruturamos este artigo em três partes. Uma primeira que constata o distanciamento das Políticas de Patrimônio Histórico da questão Urbana, uma segunda que aponta como Projetos Urbanos em metrópoles contemporâneas podem “construir cidade” e, finalmente, as diretrizes de uma Política de Preservação do Patrimônio Histórico para o município de São Paulo.

1. Preservação do Patrimônio em São Paulo: inventariação e fragmentação

As primeiras ações de preservação na cidade de São Paulo partiram do órgão federal de proteção, o antigo SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 1936 e regulamentado em 1937), atual IPHAN. Com um objetivo claro de salvaguardar o patrimônio colonial brasileiro, os primeiros bens tombados foram a Capela de São Miguel (1938), seguidos pelo Sítio Morrinhos, Casa Grande de Tatuapé, Mosteiro da Luz e Sítio Mirim (1948, 1951, 1943 e 1973). O tombamento e o poder de polícia eram os instrumentos do SPHAN que adquiriu, principalmente no período autoritário, a atribuição de fiscalizar intervenções em Sítios Históricos. A cada bem tombado, caso a caso, eram definidas áreas de vizinhança a serem regulamentadas.

A ação do órgão estadual, nas primeiras décadas de existência foi similar ao nível nacional: tombamento de “monumentos” bandeiristas, construídos em taipa de pilão e poucos recursos investidos de forma centralizada. Foi inovador, no entanto, na introdução de conjuntos urbanos, vilas operárias e na definição de áreas envoltórias com 300m em torno de cada **monumento**, possivelmente inspirados nas áreas de proteção de monumentos da França (raio de 500m). Enquanto o novo órgão estadual estabeleceu uma ação complementar e paralela ao órgão federal, salvaguardando os bens de interesse do Estado de São Paulo e tombando “ex-officio” os exemplares arquitetônicos inscritos no livro de Tombo Federal (Emplasa 1984), caberia então aos municípios, o tombamento e proteção referente à memória e História da Cidade.

Idealizado por Mário de Andrade, há 80 anos a cidade de São Paulo inovou com a criação do Departamento de Cultura em 1935, que, em 1975, tornou-se a Secretaria Municipal de Cultura, dentro da qual nasceu, no mesmo ano, o DPH – Departamento do Patrimônio Histórico m- responsável por inventariar e proteger os bens culturais paulistanos, com o recorte de até 1922. Em paralelo estabeleceu-se o IDART – Departamento de Informação e Criação Artística, que estudaria os bens datados de pós 1922. Isto acabou não ocorrendo e o IDART foi sendo esvaziado, cabendo então ao DPH a pesquisa geral dos Bens Culturais.

Apesar da existência do DPH desde 1975, o tombamento no âmbito municipal não foi possível até a criação do CONPRESP - Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São Paulo, em 1985. Os primeiros tombamentos foram realizados 3 anos depois: o Casarão à Rua Brigadeiro Luiz Antônio, nº 42 e o Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho, o Pacaembú. Até então o órgão de Patrimônio recorria ao CONDEPHAAT ou IPHAN para promover a salvaguarda dos bens considerados de extrema importância.

A Carta de Veneza, documento do Icomos, de maio de 1964 amplia a noção de monumento histórico, estendendo-a não só a grandes criações, mas também a “obras modestas que tenham adquirido significação cultural”. Segundo Kühl (2010) uma década depois o curso da FAU USP, em 1974 sobre restauração e conservação de monumentos arquitetônicos em parceria com IPHAN e Condephaat, possibilitou um debate consistente sobre o documento e pode ter referenciado a demanda municipal de proteção de conjuntos urbanos.

Em 1974, sob a coordenação da COGEP, João Evangelista Leão encomenda uma série de projetos voltados à Revitalização do Centro denominados “Projeto Centro: investigações preliminares”, onde Habitação, transporte, áreas verdes e bens culturais foram tratados conjuntamente. A indicação do banqueiro Olavo Setúbal, para suceder o referido Prefeito, levou a COGEP a incluir no Projeto Centro, um estudo sobre a recuperação do Edifício América, antigo Martinelli, de propriedade parcial do Banco Itaú América, fato se concretizou com a posterior desapropriação pública e reciclagem durante a gestão seguinte.

Dentro desse quadro é feita uma encomenda aos arquitetos Benedito Lima de Toledo e Carlos Lemos, ambos professores do Departamento de História da FAU USP, de localizar conjuntos urbanos e organizar uma lista de edificações “dignas de tombamento”, segundo Carlos Lemos. É realizado então o primeiro inventário de bens culturais da cidade de São Paulo que se transformará no documento COGEP-PR 025/75: “Edifícios de valor histórico e paisagístico”, posteriormente incluído no quadro 8B da lei 8328 de 2/12/1975 e na lei 8759 de 7/9/1978 que estabelece as zonas de uso Z8-200 e no Programa de preservação de bens culturais arquitetônicos da área Central de São Paulo.

A listagem dos bens culturais é composta de dois tipos de classificação uma voltada para edifícios isolados e, outra, de conjuntos urbanos denominados de “manchas” (COGEP,75). A indefinição inicial leva a articulação entre DPH/COGEP, para a regulamentação legal. Ressaltamos que a preservação do patrimônio histórico Municipal surge no âmbito do Planejamento Urbano, com a posterior criação do DPH em 1975 e CONPRESP em 1985 e com a efetivação do tombamento Municipal em 1988, o Patrimônio deixa de ser tratado urbanisticamente e volta a ser olhado de forma pontual.

Em 2010, constituiu-se o Museu da Cidade. Em 2012 o Arquivo Histórico, foi desmembrado do DPH, que hoje (2014), tem um decreto de se constituir com foco na Preservação, sendo que o Arquivo e o Museu da Cidade, lembrados, se organizariam numa

Fundação aos moldes do Theatro Municipal. Isto se justifica, para dar mais força a integração do Patrimônio com a questão Urbana, perdida ao longo da sua existência, bem como fortalecer o papel do Museu na cidade contemporânea, onde a Cultura, mais do que o turismo, tem um papel estruturador na cidade contemporânea.

O DPH ao longo de sua existência utilizou o tombamento como principal instrumento, desvinculou-se de planos urbanos, utilizando apenas a definição de gabaritos como principal instrumento de valorização e ainda não avançou nem na captação de recursos, nem no estímulo aos proprietários para a recuperação do seu Patrimônio. Hoje em São Paulo o Plano Diretor Estratégico redefine as Operações Urbanas num grande Projeto Urbano, Arco do Futuro e Arco Tietê, com a possibilidade de inserir a preservação do Patrimônio Histórico neste projeto

2. A experiência internacional em Projetos Urbanos e a preservação do Patrimônio Histórico

A noção de Projetos Urbanos é ampla e necessita de conceituação adequada, entretanto podemos avançar na seguinte definição: constituem-se em obras emblemáticas envolvendo grandes obras de infraestrutura ou operações urbanas, adotam ainda a forma de programas de intervenção concretizados em um conjunto de ações que, por sua integração, têm um impacto profundo no desenvolvimento da cidade. Assumem também a forma de recuperação ou regeneração de áreas industriais, portuárias, ferroviárias, centros históricos ou centralidades vinculadas a modos de produção ou transporte para ampliação da mobilidade urbana.

Na Medida em que passaram a integrar a agenda das grandes cidades no final do século, o modelo de Projetos Urbanos foi se sofisticando, ao mesmo tempo, em que a competição entre cidades na disputa pelos investimentos voláteis no novo processo de financeirização mundial foi se acentuando. Assim, o projeto urbano se tornou uma estratégia de intervenção, já que o planejamento urbano tradicional e seus instrumentos não atendem mais às necessidades existentes na recuperação dessas áreas. Em geral, o objetivo central desses programas passou a ser a promoção do crescimento econômico, ou seja, adquirir capacidade econômica local de proporcionar postos de trabalhos e gerar entradas tributárias capazes de cobrir o gasto de capital em infra-estrutura e serviços públicos que cabem ao Estado. Para isso, a maioria dos programas visa atrair novas atividades a partir de vantagens locacionais. (ROJAS; VILLAESCUSA;

WEGELIN, 2003). O que se constata é que dependendo da forma de implementação e da construção do projeto com ação pública, os Projetos Urbanos podem financiar Habitação Social, novas formas de mobilidade, espaços públicos de qualidade e preservação do Patrimônio.

A experiência internacional de Projetos Urbanos aponta transformações na forma de realizá-los. Associam-se a ideia de Projetos Urbanos à reestruturação produtiva e as novas formulações estratégicas de gestão, bem como à crescente competição por investimentos internacionais. A partir dessa experiência internacional podemos inferir características que correspondem às práticas bem sucedidas, bem como às críticas a esses projetos que poderão referenciar novos caminhos. Se o nosso foco é a inclusão social deve-se ter em vista a pergunta: Quem ganha/ Quem perde? E ainda quais os critérios que representam uma efetiva inclusão social. Entendemos que a produção de habitação, numa mobilidade sustentável, a proteção do Patrimônio Histórico e a produção de espaços públicos, são critérios de Inclusão Social e de urbanidade.

O caso de Puerto Madero em Buenos Aires é emblemático para a nossa reflexão: foi pensado há mais de oito décadas antes de ser iniciado por uma liderança nacional do presidente Menen. A área do Projeto era inteiramente de propriedade pública e seu resultado produziu um espaço da globalização que pretende colocar a cidade em conexão com as demais metrópoles mundiais. A crítica recorrente a este tipo de espaço global é a total fragmentação em relação à cidade tradicional. Os antigos armazéns foram preservados abrigando usos considerados elitistas pela população. Por outro lado, os espaços públicos e os parques, são muito populares e amplamente utilizados pela população de diversas faixas de renda.

As agências multilaterais de financiamento também têm enfatizado as iniciativas de desenvolvimento local, que constituem um critério de inclusão, na medida em que correspondem a ideais de participação comunitária, e busca de geração de renda explorando potencial produtivo de cada região. Este é um elemento central de inclusão social desde que efetivamente procure vincular as novas atividades à busca de alternativas de trabalho e renda. A chamada economia criativa, que vem ocorrendo, por exemplo em Londres, constitui-se na promoção de áreas de incentivo a micro e pequenas empresas, formando condomínios, hotéis e incubadoras.

A questão do desenvolvimento Sustentável também vem ganhando força nos discursos e nas ações decorrentes em Projetos Urbanos. Chama a atenção a tecnologia desenvolvida na descontaminação de antigas áreas industriais poluídas nas várias experiências analisadas, bem como de uma incipiente regulação a respeito de quem se encarrega desses custos. Na França uma legislação nacional atribui ao setor privado os encargos de despoluição;

além da busca por uma cidade mais compacta, em detrimento da expansão e consequente dilapidação dos recursos naturais que vem levando a decisão de um adensamento com qualidade, possibilitado pelas novas formas de mobilidade, hoje objeto de planos específicos, com novas alternativas de transporte como o *smartcar* e as bicicletas (Paris, Barcelona, São Paulo). Ações de sustentabilidade podem ser entendidas como inclusivas e de Urbanidade? Chama atenção no caso francês a busca do governo nacional de uma solução metropolitana para Paris voltada para a produção da cidade, compacta pós Kyoto e ações de sustentabilidade prevendo a redução de emissões de Dióxido de Carbono (CO₂).

Paris, Milão, Londres e Vale do Ruhr definiram seus projetos dentro de uma perspectiva regional metropolitana de reconfiguração da estrutura produtiva, estimulando principalmente o terciário avançado internacional, porém com participação e ainda um desenvolvimento local baseado na economia criativa (Londres). O caso de Paris Rive Gauche, 130 ha, coordenado pela SEMAPA (Société d'Économie Mixte de Paris), há mais de 20 anos, constituiu uma nova centralidade à leste de Paris, contrabalançando a centralidade de La Defense, que fica à oeste, atraindo 60.000 novos empregos. A população organizada em movimento tomou um antigo moinho impedindo sua destruição e com sua mobilização conseguiu ampliar o programa de 5000 para 7000 habitações de interesse social na área do projeto. A Sorbone ocupou em antigo edifício industrial, Espaços Públicos de qualidade e preservação cultural foram financiados dentro do Projeto Urbano.

Do outro lado do Rio Sena, a empresa metropolitana pública de Paris (Ile de France) definiu em meados dos anos 80 uma série de intervenções público/privadas de grande qualidade urbana no projeto Bercy. Com grandes investimentos públicos, principalmente em transporte, habitação e espaços públicos, através do instrumento ZAC (Zonas de planejamento negociados os projetos urbanos são historicamente implementados desde os anos 60).

A problemática do setor leste se traduzia pelas áreas de esvaziamento e sensíveis em relação a população de baixa renda, demandando investimentos para definição de novas atividades econômicas e equipamentos públicos. A operação de Bercy foi pensada dentro deste Quadro de princípios urbanísticos. Os primeiros projetos envolviam 280 há, dos quais 250ha de entidades públicas: 40 há do município, armazéns de antigos depósitos de vinícolas; 195ha da companhia ferroviária SNCF; 13 Há do porto de Paris; 2 há do Estado Nacional. A ZAC de Bercy, aprovada em 1988, consistia em 54,5 há com o programa de construção de 200 (70% HIS) habitações, o Estádio de Bercy, 70 mil m² de espaços comerciais no centro da antiga vinícola Saint Emilion, , 85 mil m² de escritórios, e um centro de convenções voltado as atividades do

vinho co 140 in 6m1, escolas públicas infantis, creches, uma biblioteca e nas residências coletivas para idosos e oficina de artistas (SOMEKH, 2014).

Antigos armazéns tombados, foram protegidos e transformados em um centro comercial e a área verde original em parque com construção originalmente vinculadas a produção vinícola. A recuperação dos edifícios e sua reconversão foi implementada pela APUR, que também através de uma Sociedade de Economia mista, com forte presença do Estado, possibilitou o financiamento de elementos de urbanidade.

A região do vale do Ruhr, também objeto de um Grande Projeto Urbano, está localizada no Estado de Renânia do Norte-Vestfália na Alemanha, com cerca de 67 km no sentido norte-sul e 116 km no sentido leste-oeste, com uma área de 4.435 km² e uma população aproximada de 5,2 milhões de habitantes. A região é dividida administrativamente em cidades independentes e distritos administrativos que agrupam cidades menores, desse modo, a região pode ser caracterizada como região urbana policêntrica (HOUTUM e LAGENDIJK, 2001), caracterização que servirá como base para as recentes diretrizes e políticas, que pretendem sua identificação como região metropolitana. Antigas plantas industriais foram transformadas em Centros Culturais e outras em ruínas, foram protegidas como Parques. A região transformou sua identidade, fortemente voltada à indústria pesada, para uma área de preservação ambiental e cultural.

Bilbao, também com siderurgia esvaziada, elaborou planos de diversas escalas, antes de atribuir à RIA2000 a gestão estratégica do plano que implementou o Museu Guggenheim de Gehry, as estações de metrô de Norman Foster (que assina também as de Londres e Paris) e as pontes de Calatrava. Fez parte do plano também a estratégia de marketing para vender a cidade ao mundo do turismo de massa e qualificá-la à competição de capitais internacionais, longe portanto, da perspectiva de Inclusão Social.

Outro exemplo bem sucedido é o caso de Sesto San Giovanni (norte de Milão) onde a prefeitura, tradicionalmente comunista, conseguiu negociar a transformação de 70% de sua área esvaziada de atividades siderúrgicas em micro e pequenas empresas, apoiada pelos sindicatos de trabalhadores, transformados em pequenos empreendedores. Isto permitiu o povoamento de parte do quadro construído que se constituía de Patrimônio Histórico, bem como a utilização das grandes e antigas plantas industriais. Esta operação foi possível dentro de uma perspectiva de transformação do município, em território de inovação dentro de um projeto urbano global, que previa a descontaminação do solo, a implantação de espaços públicos de qualidade, bem como a capacitação profissional voltada para as novas necessidades da produção. (SOMEKH e CAMPOS, 2001). Além disso, como no caso francês a questão metropolitana se

baseou no princípio de intercomunicabilidade, através da associação de municípios, no caso de Sesto San Giovanni existe um Consórcio municipal e outro que inclui a cidade de Milão, para o projeto Pirelli La Bicocca. Neste projeto, como em todas as demais experiências relatadas a arquitetura contemporânea se alia a preservação do Patrimônio histórico que define identidades no atual mundo globalizado.

Enquanto prioridade nas novas políticas urbanas, o desenvolvimento local pode ser compreendido de diversas maneiras. De um lado, liga-se à esfera econômica, sendo medido pela evolução do quadro produtivo local, pela geração de emprego e renda no seio das comunidades, pelo acréscimo da autonomia fiscal dos governos locais, e pela diversificação e dinamização de atividades econômicas que tenham impacto em termos de integração das populações marginalizadas. Em termos sociais, liga-se à busca da inclusão de diferentes setores populares, em um quadro de crescimento e evolução econômica. Combatem-se os efeitos excludentes da nova ordem mundial com linhas de ação, programas e projetos que tirem proveito das especificidades e potencialidades de cada região, sempre partindo dos interesses da população local. No que se refere às articulações administrativas e institucionais, o desenvolvimento local está ligado ao conceito de governança, como medida de capacidade de gestão compartilhada entre diversos agentes. Mesmo que, por vezes, menos atraentes do ponto de vista urbanístico, para não dizer imobiliário, tais enfoques pareçam ser mais eficazes para solucionar os problemas sofridos por cidades tradicionalmente dependentes do setor secundário.

Nos anos 90 emerge a falsa contraposição entre Planos e Projetos Urbanos: a crise do Urbanismo Normativo que acompanha a cidade moderna leva a extrema valorização de uma gestão empresarial contrapondo planos, que seria mais inclusivos e projetos urbanos, mais excludentes, aliando a crítica recorrente ao planejamento tradicional (inefetivo) e ao sucesso da experiência de Barcelona. Nesta experiência grandes Projetos Urbanos são os elementos que definem a construção da cidade metropolitana, que por sua vez deve construir seu Planejamento Estratégico baseado na intercomunalidade, bem como numa concertação ampla. Assim, a crise do Urbanismo Normativo que acompanha a cidade moderna leva a extrema valorização de uma gestão empresarial contrapondo planos e projetos urbanos. No bojo dessa visão a exclusão social inerente à disseminação do Neoliberalismo até a sua exacerbação que foi denominada por Neil Smith (2006) como a nova Estratégia Global de Gentrificação. Os exemplares de Londres e Nova York e dos altos preços imobiliários, são fontes de exclusão sociais, apontado pelo autor.

É essencial ao sucesso dos Projetos Urbanos a criação de instrumentos redistributivos. No caso de Londres, o fracasso latente de Canary Wharf foi superado após a implantação de uma linha de metrô interligando a área ao centro de Londres, ou seja, nem

sempre os transportes são inclusivos socialmente. Ainda no caso de Londres, Kings Cross e área dos Jogos Olímpicos estão extremamente relacionados à implementação de infraestrutura pesada de transporte de massa, (re)criando novas centralidades, com Habitação Social. No caso do projeto Kings Cross (70Ha) em torno da estação do trem que liga Londres a Paris, apesar de coordenado pela iniciativa privada, preparou um programa misto, com participação da população e com propostas de construção de habitação popular (15%).

Especificamente em relação de Canary Wharf, uma primeira tentativa fracassada tornou-se um projeto bem sucedido, para o capital, com o novo povoamento e investimentos públicos. Entretanto, o que se viu como resultado foi a formação de um gueto privado, controlado por uma polícia privada que permite a entrada e o uso do espaço “público” apenas por quem aparentemente interessa. Isso nos remete, novamente, a importância de uma coordenação efetivamente Pública para a obtenção de cidades reais, democráticas e não cidades muradas e excludentes.

Entretanto, a crítica aos grandes Projetos Urbanos aponta os limites desse modelo no que se refere a algumas das questões cruciais que haviam motivado o recurso às novas abordagens urbanísticas. Além de passar ao largo das carências habitacionais efetivas, de infraestrutura e de serviços sociais que continuam comprometendo as regiões metropolitanas, particularmente em países emergentes, estes projetos apresentam paradoxos no que se refere aos problemas da integração econômica, do desemprego e do combate à exclusão social, sendo na esfera propriamente econômica, que comparecem algumas das principais limitações desse modelo. Vantagens e lucros encaixados nos fluxos financeiros internacionais não se revertem necessariamente em benefícios na esfera local. Ganhos fiscais, que poderiam significar um benefício a longo prazo, muitas vezes são objeto de renúncia como parte da estratégia para atrair investimentos. Sem arrecadação suficiente, a municipalidade acaba arcando com os ônus referentes à reprodução da força de trabalho não-qualificada, cujos serviços apoiam as atividades ostentadas pelos novos polos terciários. Assim, podemos, dizer que neste modelo em que são assumidos como diretrizes no desenho das intervenções urbanas fatores que se caracterizam pela produção privada do espaço, afinação com as demandas do mercado, os grandes projetos de renovação urbana acabam exacerbando tendências vigentes na urbanização contemporânea, do capitalismo consumista se não estabelecer uma mediação através da participação social na definição dos programas.

Em São Paulo, entre os muitos caminhos em discussão, é possível identificar, ao longo da última década, a emergência de iniciativas menos ambiciosas de renovação urbana, voltadas aos interesses e perspectivas de cada localidade, que podemos denominar Projetos

Urbanos, além das Operações Urbanas, voltadas para o automóvel, que vem sendo desenvolvidos desde os anos 90, o Arco do Futuro e o Arco Tietê constituem-se em novos grandes Projetos Urbanos para São Paulo, que visam construir uma cidade compacta e inclusiva.

Ações de sustentabilidade e até construções mais ecológicas foram previstas no Plano Diretor Estratégico de 2004. A busca de uma cidade compacta com ma mobilidade e menos consumidora de recursos naturais, o Patrimônio Histórico poderá ser preservado dentro de uma perspectiva contemporânea e valorizadora da identidade paulistana com a criação de novos instrumentos, como as ZEPECs APC e os Territórios Culturais e Criativos.

As grandes desigualdades existentes na cidade poderão ser reduzidas com projetos Urbanos que produzam habitações e espaços públicos de qualidade construindo urbanidade. Dentro desse quadro, como (re)formular diretrizes da Política de Preservação do Patrimônio Cultural?

3. PROPOSTAS PARA UMA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO

Como vimos o processo contínuo de identificação, inventário e tombamento inefetivos, conduziram a uma situação de congestionamento do DPH, não só em termos numéricos, mas de dimensão de objetos tombados. A preservação propriamente dita do Patrimônio Histórico não ocorre vinculada a uma Política Urbana, não se conhece o Patrimônio “protegido”, que na sua maioria é privado. Também não se estimula uma valorização social da história e da memória da cidade através de instrumentos aos proprietários privados de bens de interesse público.

O DPH foi incluindo dimensões importantes como o Museu da Cidade e o Arquivo Histórico e perdeu o foco na preservação. O debate de paisagem cultural, patrimônio imaterial que demandam uma atualização de posturas e instrumentos mais amplos e inovadores, que os até então utilizados. Além disso, uma democratização das propostas vem sendo demandada pela sociedade.

Para tanto estruturaremos uma proposta baseada em cinco diretrizes: Uma primeira de estruturação e refundação do DPH com foco na preservação e no conhecimento do

que já foi tombado ou está em processo de tombamento para efetivamente responder se o que está protegido corresponde aos períodos de evolução urbana da cidade.

Um segundo passo é a inserção urbanística da salvaguarda do Patrimônio Histórico e a possibilidade de obtenção de recursos através de grandes Projetos Urbanos, como o Arco Tietê, previsto para a cidade no novo Plano Diretor, que incluiu novos instrumentos, tais como territórios culturais e ZEPEC de proteção cultural, além de isenções tributárias.

O processo de inventários e identificação do Patrimônio a ser protegido deverá ser descentralizado num diálogo constante com a população que deve se compor com a técnica para definir sua “herança”. Convênios com universidades poderão dar consistência e foco aos procedimentos que inovadores deverão ser aplicados dentre suas novas perspectivas, voltados para pesquisa aprofundada. A agilidade de procedimentos e respostas mais rápidas à sociedade deverá ser constituída através da informatização, articulação com as demais esferas de governo e capacitação técnica. Finalmente a obtenção de recursos e a valorização da memória coletiva poderá reconstituir nossa história em busca de um futuro de melhor qualidade urbana, constituindo o Patrimônio Histórico em elemento de inclusão social em face dos desafios de uma contemporaneidade líquida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. **ASCHER**, François. **Os novos princípios do Urbanismo**, Romano Guerra, São Paulo, 2010.
2. **BENS culturais e arquitetônicos no município e na região metropolitana de São Paulo**. São Paulo: Sempla, 1984.
3. **CERVELLATI**, Pier Luigi; **SCANNAVINI**, Roberto. **Bolonia: Política y metodología de la restauración de centros históricos**. Barcelona: Gustavo Gili, 1976.
4. **COGEP – Coordenadoria Geral de Planejamento – Plano de Reambientação – Vol. 1 – Pesquisa Arquitetônico-Urbanística**, COGEP, São Paulo, 1976.
5. **COGEP – Coordenadoria Geral de Planejamento – PR. 025/1 - Projeto Centro – Áreas Verdes Análise de Caso: Martinelli**, COGEP, São Paulo, 1975.
6. **DAVIS**, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.
7. **EMURB – Empresa Municipal de Urbanização – Estudo de implantação do Instrumento Transferência aplicado às áreas históricas do Município de São Paulo definidas como Z8-200, na Lei 8.328 de 02/12/1975**, EMURB, São Paulo, 1976.
8. **EMURB. Caminhos para o centro. São Paulo**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo/ Emurb/ CEM/ Cebrap, 2004.
9. **FERREIRA**, João Sette Whitaker: **Alcances e limitações dos Instrumentos Urbanísticos na construção de cidades democráticas e socialmente justas**. V^a Conferência das Cidades - Câmara Federal, 02 de dezembro de 2003, São Paulo.
10. **FREITAS**, Marcelo de Brito Albuquerque Pontes. **A transferência de Potencial Construtivo: Um novo instrumento de Preservação em Áreas Históricas**. In: **ZANCHETTI**, Sílvio (org). **Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas**, Recife, 1995. P. 168 à 174.
11. **GASPAR**, Ricardo; **AKERMAN**, Marco; **GARIBE**, Roberto (orgs). **Espaço Urbano e Inclusão Social: A gestão pública na cidade de São Paulo (2001-2004)**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
12. **HOUTUM**, Henk Van, **LAGENDIJK**, Arnoud, (2001). **Contextualising Regional Identity and Imagination in Construction of Polycentric Urban Regions: The Case of the the Ruhr Area and the Basque Country**. *Urban Studies*, vol. 38, nº 4, p. 743-764.

13. **ICOMOS. Carta De Veneza.** Veneza, 1964.
14. **KLINK** , Jeroen. **Building Urban Assets in South America.** Urban Age South America Conference. Selection of Draft Essays, São Paulo, 2008.
15. **KÜHL**, Beatriz Mugayar. **Notas sobre a Carta de Veneza.** In. Anais do Museu Paulista, 2010, vol.18.
16. **LANDRY**, Charles: **The creative city,** Earthscan, London, 2000.
17. **LUNGO**, Mario (Org.). **Grandes projectos urbanos.** San Salvador: UCA Editores, 2004.
18. **MARX**, Murilo – **Depoimento** - Revista do Arquivo Municipal, SMC, São Paulo, 2006.
19. **PENALOSA**, Enrique. **The Limits of Politics.** Urban Age South America Conference. Selection of Draft Essays. São Paulo, 2008.
20. **PORTAS**, Nuno. **L'emergenza del projeto urbano.** Urbanística, n. 110, Roma, 1998.
21. **ROBERTS**, P. **SYBES H.:** Urban Regeneration Sage, London 2006.
22. **ROJAS**, Eduardo; **VILLAESCUSA**, Eduardo R; **WEGELIN**, Emiel. **Recuperación de Áreas Centrales: una opción de desarrollo urbano en América Latina y el Caribe.** Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2003.
23. **SASSEN**, Saskia. **South American cities and Globalisation.** Urban Age South America Conference. Selection of Draft Essays. São Paulo, 2008.
24. **SMITH**, Neil. **A Gentrificação generalizada: de uma anomalia local a regeneração urbana como estratégia urbana global.** In *BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org). De volta à cidade: gentrificação e revitalização dos centros.* São Paulo: Annablume, 2006.
25. **SOMEKH**, Nadia (org.). **Preservando o Patrimônio Histórico: um manual para gestores municipais.** Sempre Viva Produções e Conteúdo, São Paulo, 2014.
26. **SOMEKH**, Nadia; **CALLIARI**, Mauro; **TAVARES**, Carolina. **Evolução ou Involução dos Instrumentos de Preservação do Patrimônio Histórico,** São Paulo, 2014.

27. **SOMEKH**, Nadia; e **KLINTOWICZ**, Danielle: Projetos Urbanos na Cidade Contemporânea, XIII ANPUR , 2009.
28. **VENTURA**, David Vital Brasil. **A lei de fachadas: análise de um instrumento de incentivo à preservação do patrimônio em São Paulo/Brasil**. CICOP, Brasil.